

CAPÍTULO 8

A ATUAÇÃO FEMININA COMO AGENTE POLÍTICO EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Samarha Lemos
Gabriela Cappellari
Jeferson Luís Lopes Goularte
Flaviani Souto Bolzan Medeiros
Leonardo Minelli

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação feminina enquanto agente político em Sant'Ana do Livramento. A pesquisa é de natureza qualitativa, quanto aos objetivos caracteriza-se como exploratória. Para a coleta de dados foi aplicado um roteiro semiestruturado e adaptado de Couto (2012), para 6 mulheres que ocuparam ou ocupam cargos políticos, 5 delas no Poder Legislativo e 1 no Poder Executivo eleita como vice-prefeita. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise interpretativa. Os resultados evidenciam que, quanto ao ingresso na política, a candidatura relaciona-se com a personalidade e a individualidade da mulher. Salienta-se ainda, que a maior parte das entrevistadas relatou que não obteve apoio partidário em suas candidaturas. Na sequência, as conquistas obtidas em prol da comunidade santanense baseadas na criação e desenvolvimento de projetos, como a implantação do Centro de Referência da Mulher. Logo, as adversidades enfrentadas pelas representantes do povo, por não conseguirem desempenhar o que planejavam, pelo fato de serem minoria, agregado ao preconceito de gênero. Além dos desafios que as entrevistadas passaram ao longo da caminhada política, a falta de verba foi ressaltada, pois ocasionou o impedimento na realização de projetos voltados à comunidade.


PALAVRAS-CHAVE: Atuação feminina. Política. Gênero. Desigualdades.

1. INTRODUÇÃO

Antigamente o papel da mulher era muito restrito, baseando-se em cuidar da casa, dos filhos e cozinhar. Dificilmente exerceria outra atividade de caráter remunerado ou até mesmo algum cargo de poder. Com o advento da Revolução Industrial, aos poucos as mulheres foram sendo inseridas no mercado de trabalho, podendo ser assim as mantenedoras das necessidades de casa (HOBSBAWM, 1995).

Com o passar dos anos, surgiram movimentos feministas os quais lutavam por direitos e igualdade de classes na sociedade. No Brasil, um desses movimentos teve início no século XIX, com o intuito de lutar pelo direito ao voto. A criação do Partido Republicano Feminino em 1910, pela professora Leolinda Daltro, teve uma grande importância pelo fato de ter sido criado por pessoas que não possuíam direitos políticos e que tinham por objetivo a manifestação feminina através de passeatas, pois exigiam a ampliação desses direitos; também lutavam pela emancipação e independência da mulher (PACHECO, 2007).

Apesar de longas e insistentes lutas por parte das organizações femininas, até mesmo da elite, o sufrágio aconteceu em 1932 a partir da promulgação do Decreto nº 21.076, do presidente




Getúlio Vargas em que as mulheres brasileiras adquiriram o poder de voto (AVELAR, 1989). Em 1934, primeira eleição após a conquista do voto feminino, Carlota Pereira de Queiroz foi a única eleita dentre 214 deputados. Dois anos depois ocorreu a posse de Bertha Lutz que ficou como suplente. O fraco desempenho de candidaturas femininas nessa primeira eleição deveu-se a uma série de fatores como: pouca força do movimento feminista, o preconceito e o não envolvimento de mulheres de outras classes (BORBA, 1998).

Depois dessa breve experiência eleitoral, as mulheres só voltariam a votar em 1946, com o advento do Estado Novo (1937-1945), que interrompeu o regime democrático. Ao final do Estado Novo formaram uma Assembleia Constituinte e o voto feminino foi restabelecido, assim como o pluralismo partidário. Dá-se então o retorno das mulheres a esse cenário, podendo ser eleitas para ocuparem cargos políticos. Entretanto, Pinheiro (2007) afirma que nenhuma das dezoito candidatas que concorriam a uma cadeira no Congresso Nacional, obteve êxito. Para Borba (1998) isso ocorreu por causa do Estado Novo e pela repressão que o governo exercia sobre os cidadãos nesse período. Porém, isso parece não ser justificativa suficiente visto que houve uma grande participação feminina em várias causas nesse período.

O feminismo, por sua vez, alcançou o *status* de movimento de grande respaldo nas décadas de 60 e 70, haja vista sua forte atuação nos mais variados países como a Inglaterra. Esse movimento formou uma forte consciência a respeito da importância da transformação da condição da mulher legitimando, desta forma, o debate em torno da questão feminina (PINTO, 2004). É também nesse momento que o feminismo assume o caráter de um núcleo de resistências democráticas, orientado para reivindicações de ordem geral.

Diversos grupos foram criados, demonstrando a força da participação feminina. Entre eles destacam-se: o Centro da Mulher Brasileira, a Sociedade Brasil Mulher e o Coletivo de Mulheres, fundados respectivamente em 1975, 1976 e 1979 (TABAK, 2002). Isso mostra claramente que o movimento feminino não estagnou, pelo contrário, houve sua expansão com surgimento de várias organizações femininas que uniram as brasileiras, seja para lutar por seus direitos, seja para combater problemas da sociedade em que viviam (TABAK, 2002).

Em 1997 foi criada a Lei das Cotas (Lei nº 9.504/97), determinando a cada partido político preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, começando a ser cumprida com certo rigor no governo Lula, pois até então a lei era só de fachada. Porém, as mulheres eleitas representantes para cargos Executivos ou Legislativos (locais, estaduais ou federais) continuam sendo minoria, se comparadas aos homens eleitos (COUTO, 2012).



Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres representaram 52% do eleitorado brasileiro em 2018, número bastante desproporcional em relação ao número de candidaturas masculina. Em 2016, do total de 5.568 municípios, em 1.286 cidades não houve nenhuma mulher eleita para o cargo de vereadora. Logo, diante desses dados, nota-se que ainda há muito a melhorar, tanto na questão cultural quanto na política. De acordo Dodge (2018) “o Brasil, apesar de ser um país democrático, com uma ampla participação feminina, está muito atrás de muitos outros países na nossa região e no mundo no tocante à participação das mulheres no Parlamento” (BRASIL, 2018).


Sant’Ana do Livramento, município localizado na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com seus 197 anos de história, teve em todos esses anos 12 vereadoras, sendo que desse total apenas duas foram eleitas em 2016 e ainda estão no cargo. A primeira vice-prefeita de Sant’Ana do Livramento foi eleita em 2016. Na Câmara Municipal de Vereadores, local de estudo deste trabalho, há 17 vereadores; desses, apenas 2 são mulheres.

O fato de o município ter poucas representantes na política mostra que a cultura está enraizada e não há como negar a desigualdade de gênero. Com base nos dados apresentados, esta pesquisa buscará responder a seguinte pergunta: Como acontece a atuação feminina enquanto agente político em Sant’Ana do Livramento?

Buscando-se responder à pergunta de pesquisa acima, a este estudo, foi proposto o seguinte objetivo: analisar a atuação feminina enquanto agente político no município de Sant’Ana do Livramento. Decorre-se desse os específicos seguintes: a) descrever o ingresso de ingresso das mulheres na política; b) averiguar quais são as adversidades, conquistas e desafios das respondentes na ocupação de cargos políticos; c) apontar os efeitos da presença feminina na política do município.

O tema deste artigo justifica-se devido ao fato de as mulheres mesmo que diante de muita luta e resistência tenham conseguido uma ascensão de gênero na sociedade, ainda há um certo preconceito quando essa assume algum cargo de poder (LIMA; LIMA; TANURE 2009). Na política, lugar onde gera vários debates sobre problemas públicos ainda fecha os olhos para a pouca atuação feminina na política.

Destaca-se que na eleição de 2016, no Município de Sant’Ana do Livramento para o cargo de vereador, de 179 candidatos que se candidataram 56 eram mulheres e desse número apenas 2 foram eleitas. Silva e Berrá (2018) ressaltam que as diferenças entre homens e mulheres aparecem claramente quando se foca a carreira, pois os homens constroem um futuro



profissional e as mulheres lidam com dupla jornada, profissional e familiar. Assim, pode-se afirmar que as mulheres evoluíram no universo profissional, não sendo mais consideradas talentos de segunda categoria ou homens vestidos de saia; elas são vistas como culturas diferentes (entre masculina e feminina), o que não se discute em gênero, mas são analisadas outras características e aspectos.

Segundo Rodrigues e Silva (2015), a liderança feminina é vista como uma mudança de caráter cultural, pois se acredita que as mulheres possuem a mesma capacidade que os homens quando se trata de gestão, mesmo que ainda enfrentem limitações. Hoje, elas têm ocupado cargos que antigamente eram somente para homens, e isso ainda pode gerar conflitos competitividade entre os gêneros, desvalorização e até mesmo pensamentos machistas.

Ainda assim, desde que estejam bem preparadas, trazem um crescimento maior na forma de liderar e na distribuição de tarefas confiada a elas, que são mais fiéis, sinceras e delicadas quanto à execução de suas funções e proporcionam um ambiente de trabalho mais harmonioso (RODRIGUES; SILVA, 2015).


Essa mudança cultural que os autores citam acima, ocorre lentamente no município. Mediante uma análise realizada na Câmara de Vereadores local, notou-se que a atuação e participação feminina na política santanense é limitada. Diante disso, há a necessidade de mudanças tanto cultural quanto política. Portanto, a partir de estudos e análises sobre como ocorre a atuação feminina, possibilita a longo prazo o aumento da inserção da mulher na política suprimindo a falta de representatividade feminina e conseqüentemente garantindo uma maior atuação em prol dos interesses femininos, os quais muitas vezes são deixados de lado se comparado a outros interesses da sociedade em geral.

Destaca-se assim a contribuição teórica desta pesquisa resultando na ampliação da literatura e embasamento do conteúdo, subsídio no que tange a liderança feminina e uma melhor distribuição de tarefas e funções entre os gêneros. Além dessa, há também as contribuições práticas desta pesquisa destacam-se o aumento da presença feminina na política local, uma melhor aceitação das mulheres ocupando lugares de poder, conscientização da população local sobre igualdade de gênero no quesito de direitos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A luta das mulheres por cidadania e inclusão política

Ao iniciar o século XX, as reivindicações das mulheres mantinham-se divididas em torno da luta por educação, trabalho e voto. Demandas de certa forma isoladas e pouco afeitas




a conjugar ações feministas (PRÁ, 2013). Já no final do período, o contexto de transformações sociais do Brasil dos anos 1920 propiciaram novo impulso à luta pelo voto feminino. A reivindicação do voto representava a ruptura política na proporção que as mulheres exigiam “pela primeira vez algo para si e nada menos que seu direito igualdade, seu direito à cidadania formal” (BAREIRO, 2000, p. 16). De acordo com Prá (2013, p. 25), “a aquisição do direito de voto demarca um intervalo nas mobilizações pela cidadania política feminina no Brasil e no mundo. Manifestações esparsas e pouco articuladas encerram a denominada primeira onda do feminismo”.

Com o ressurgimento do feminismo mobilizando a sociedade daquela época e desencadeando reestruturações, surgiram eventos relacionados ao Ano Internacional da Mulher (1975) e à Década da Mulher (1976-85), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), reencaminham a luta das mulheres por cidadania.

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram várias conferências mundiais tratando sobre a mulher e as diretrizes para o empoderamento delas na luta pela garantia dos direitos humanos. Neste cenário emerge a reafirmação do debate da igualdade política. Nele, estudos e pesquisas revelam o problema da sub-representação política feminina e as dificuldades de inclusão das mulheres em grupos historicamente dominados por homens (TABAK; TOSCANO, 1982; JAQUETTE, 1984; CARROLL *et al.*, 1994; RANDALL, 1987).

Ao tentar compreender esse porquê registra-se, então, o contraste entre o aumento da inserção feminina em instâncias sociais (trabalho e educação), o incremento do colégio eleitoral feminino e a escassa presença das mulheres em instâncias de poder e decisão política (PRA; KINZO, 1992; AVELAR, 1996; COBO, 2002; SAGOT, 2009). Mediante análises observou-se a ocorrência de desigualdades de gênero em espaços de decisão e poder sendo consideradas como fenômeno mundial além de refletir a exclusão feminina na política.

Dahlerup (1999) evidencia essa realidade demonstrando a distância em esferas de deliberação de poder realçando também as dificuldades que as mulheres sofrem ao ingressar em grupos de predominância masculina. Em contrapartida, a essa exclusão de gênero surge o conceito de democracia paritária, que segundo a ONU Mulheres apresenta-se como um modelo político no qual a paridade e a igualdade substantiva se constituem como elementos fundantes do Estado inclusivo e paritário. Tendo como objetivos um novo contrato social e uma nova forma de organização da sociedade para erradicação de toda exclusão estrutural, em particular contra as mulheres, um novo equilíbrio social entre mulheres e homens, no qual ambos assumam responsabilidades compartilhadas na vida pública e privada. Acarretando assim,



profundas transformações qualitativas e quantitativas que incluem desde a participação política feminina até o enfrentamento das variadas violações de direitos contra mulheres (ONU MULHERES, 2018).

Diante do exposto a respeito sobre a luta das mulheres por cidadania e inclusão, o tópico a seguir versa sobre o papel da mulher na política relatando as desigualdades e direitos adquiridos por elas ao longo dos anos.


2.2 O papel da mulher na política

A partir do século XVIII os direitos da mulher passaram a ser reivindicados, porém as desigualdades de gênero e raça aconteceram desde os mais remotos tempos, processo que deixa a mulher num patamar inferior ao homem. Trata-se de um sofrimento que agrava a condição feminina de competir em todos os setores da vivência humana. Se ela trabalha, muitas vezes a sua remuneração é inferior à do homem, mesmo estando nas mesmas condições de qualificação (NOREMBERG; ANTONELLO, 2016).

Para Sousa (2016, p. 5), a pequena presença da mulher na política vem seguida do senso comum que tenta justificá-la por meio de falsas afirmações como a que está deve-se ao “desinteresse da mesma” ou que ela não tem “vocação para a política” ou ainda que “mulher não vota em mulher”.

Logo, o processo de inserção da mulher na política inicia-se na desconstrução desta cultura de discriminação para que verdadeiramente e de forma democrática, as mulheres ocupem os espaços políticos e de poder proporcionalmente à sua quantidade e papel na sociedade (SOUSA, 2016). Sendo assim, os achados desta pesquisa correspondem com o que o autor afirma, pois para que se possa ter uma política mais igualitária tem que haver uma mudança tanto na questão cultural quanto no meio político.

De acordo com Landerdahl e Roso (2013), as mulheres contribuíram por meio dos movimentos sociais para avançar na superação das desigualdades históricas com debates e formas de manifestação. Em 1929 eleita a primeira prefeita no país, Alzira Soriano, na cidade de Lajes no Rio Grande do Norte. Esse foi um marco da entrada das mulheres na política, a partir daí outras mulheres participaram ativamente no legislativo e no executivo como: Carlota Pereira de Queirós, Antonieta de Barros, Euníce Michiles, Esther de Figueiredo Ferraz, Roseana Sarney, Maria Pio de Abreu e como chefe do poder executivo e também a primeira mulher a assumir a presidência do país em 2011, Dilma Rousseff.



Destaca-se, assim, a importância na disputa do poder e exercê-lo enquanto mulher, com características próprias, sensibilidade, senso de justiça e com a preocupação ética no trato da coisa pública (NOLASCO, 2010). Segundo Luiza Erondina, ex-prefeita do Estado de São Paulo, as raízes das dificuldades das mulheres na política vão além das estruturas partidárias, segundo ela as mulheres não são educadas para ocupar espaços públicos. Existe um componente cultural, intrínseco à educação familiar, religiosa e até mesmo escolar das mulheres. As meninas são educadas para o ambiente privado e os meninos estimulados a exercer liderança e ocupar os espaços públicos (NOLASCO, 2010).


Neste sentido, para a promoção da consciência política da mulher, considera-se de fundamental importância a educação política relacionada com os direitos e deveres cívicos, sobretudo o direito à participação. Os governos, parlamentos, partidos políticos, organizações sindicais, organizações não-governamentais e mídias podem todos contribuir para esse processo (NOLASCO, 2010).

No entendimento de Nolasco (2010), mesmo com a introdução das cotas de participação das mulheres são necessárias outras ações afirmativas para que as cotas não se transformem apenas em obrigatoriedade, sem efetiva divisão e parceria entre homens e mulheres na condução das questões. As mulheres que têm longa história de luta nos partidos relatam as enormes dificuldades da convivência preconceituosa com os seus parceiros e sabem que a introdução das cotas não significa garantia de uma real mudança no campo dos valores.

Recomenda-se, assim, que os partidos criem fóruns de participação das mulheres, organizando atividades de base, preparando-as para o envolvimento nos processos eleitorais. Embora as mulheres continuem sub-representadas em todos os níveis de poder, para aumentar a participação delas nos órgãos oficiais de tomada de decisões, faz-se necessário aumentar seu impacto nesse processo para que desta forma haja o efetivo empoderamento das mulheres pela ação coletiva desenvolvida quando participam de espaços privilegiados de determinações, de consciência social dos direitos sociais (NOLASCO, 2010). Conforme Nolasco (2010):

A participação da mulher na política é capaz não só de mudar determinada realidade, como de redesenhar as bases da própria estrutura do poder político. A ampliação de espaços para a participação da mulher gera um impacto positivo imediato na qualidade de vida de todos na elaboração de políticas públicas que respeitem as diversidades culturais da nossa população (NOLASCO, 2010, p. 19).

Portanto, com base nisso busca-se analisar a atuação feminina enquanto agente político no município de Sant'Ana do Livramento, descrever o perfil das respondentes, averiguar as diversidades e conquistas, e apontar os efeitos da presença feminina no município. Desta forma,



no tópico seguinte apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização da presente pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo constitui-se de uma pesquisa aplicada na Câmara de Vereadores no Município de Sant’Ana do Livramento/RS, buscando descrever os perfis das respondentes, averiguar quais são as adversidades, entraves e conquistas das respondentes e apontar os efeitos da presença feminina na política municipal.

De acordo com Thiollent (2009, p. 36) “a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais; está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções”. Para melhor compreensão do assunto abordado, a abordagem escolhida foi qualitativa, sendo de fundamental importância para elementos de análise sobre a atuação feminina enquanto agente político em Sant’Ana do Livramento/RS. Conforme Flick (2009), pesquisas qualitativas possuem relevância quando se trata de estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida, assim exigindo uma nova sensibilidade para os estudos empíricos destas questões.

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como exploratória que de acordo com Gil (2008) este tipo de pesquisa proporciona uma maior familiaridade com o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Para atender o objetivo da presente pesquisa, os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturada, utilizando um roteiro semiestruturado. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a entrevista trata-se de um procedimento utilizado em pesquisas sociais, para coletar dados ou para auxiliar no diagnóstico ou na solução de um problema social.

O roteiro semiestruturado a ser utilizado neste estudo foi adaptado de Couto (2012). O método possibilita ao pesquisador contatos com diferentes memórias, as quais constituíram no desenvolvimento do indivíduo tanto pessoal como profissionalmente, como também permitem ao indivíduo pesquisado o estabelecimento de um diálogo interior, tomando consciência sobre sua existência e compreendendo, assim, sua trajetória de vida.

Esse tipo de metodologia é caracterizado pelos dados descritivos, do contato do pesquisador com o pesquisado e a valorização do processo, pois preocupa-se em retratar as perspectivas dos indivíduos, de como esses indivíduos atribuem significados as coisas da vida, sendo esta uma importante proposta da utilização desse método (SILVA *et al.*, 2007).

Assim, os sujeitos da pesquisa foram mulheres que atuam ou atuaram no poder legislativo e executivo municipal, selecionadas por conveniência e acessibilidade, totalizando 6 respondentes. A identidade das entrevistadas foi mantida em sigilo, e elas foram denominadas como E1, E2, E3, E4, E5 e E6. Vale salientar que as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos, para posterior transcrição. Por fim, os dados secundários, estes referem-se a documentos, registros, fotos e outros, disponibilizados pelos sujeitos da pesquisa.

A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise interpretativa. Conforme Thorne (2016) esta abordagem de pesquisa propõe criar uma descrição rica e detalhada de algum fenômeno, descobrindo associações, relações e padrões que auxiliem o leitor a entender aspectos mais profundos, completos e ricos, para vinculá-los de modo que se produza uma melhor compreensão do fenômeno, desencadeando uma visão e uma ação relacionadas à prática.

Portanto, este estudo se constitui a partir da análise interpretativa das entrevistas sobre a atuação feminina enquanto agente político em Sant'Ana do Livramento, realizando um levantamento de dados referentes ao fenômeno estudado.


4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Sant'Ana do Livramento, em toda a sua história houve apenas 12 mulheres eleitas para assumirem o Legislativo. Dentre esse total 50% das vereadoras foram entrevistadas com intuito de analisar subjetivamente o perfil de cada uma.

Quadro 1: Caracterização das entrevistadas.

Entrevistada	Idade	Estado civil	Partido	Religião	Profissão/ escolaridade	Filhos	Atuação no Setor Público	Cargo ocupado
(E1)	66 anos	Divorciada	PDT	Católica	Advogada/ superior	3	7 anos	vereadora
(E2)	49 anos	Casada	PSB	Evangélica	Dona de casa Estudante / superior incompleto	2	3 anos	vereadora
(E3)	30 anos	Divorciada	PTB /PDT	Católica/ Espirita	Técnica em Radiologia/ secretária de habitação/ nível médio	2	4 anos	secretária de habitação
(E4)	54 anos	Divorciada	PSB	Cristã	Pedagoga/ advogada/ superior	3	6 anos	vice-prefeita
(E5)	72 anos	Solteira	PDT	Católica	Mestra em Sociologia/ Professora	1	15 anos	secretária de cultura, esporte e lazer
(E6)	63 anos	Viúva	PL	Cristã	servidora pública/ formada em administração	2	+/- 20 anos	aposentada/ empresária

Fonte: Autoria própria (2020).



Conforme o Quadro 1, a entrevistada denominada nesta pesquisa como (E1), possui 66 anos, é filiada ao PDT, defende a ideologia de Leonel Brizola e está em seu 2º mandato, sendo o último na gestão 2017-2020. Em 2017 assumiu a Presidência da Câmara, sendo a 3ª presidente mulher a ocupar este cargo.

A entrevistada (E2), possui 49 anos, é casada, tem filhos, valoriza bastante a família e a sua religião, e está no término do seu primeiro mandato. Vale destacar que a mesma é filiada ao PSB. Já a entrevista (E3), ex-vereadora, exerceu seu mandato de 2012 até 2016. Quando assumiu o cargo de vereadora tinha apenas 24 anos, sendo a mais nova dentre os outros representantes legislativos. Destacou-se por ser a 2ª a assumir a Presidência do Poder Legislativo tão jovem. Segundo a ex-vereadora, na época a mesma não era respeitada por seus colegas devido a questões de idade e gênero.


A entrevista (E4), por sua vez, não chegou a assumir cargo de representante legislativa, possui 54 anos, é divorciada e atua no setor público há mais de 6 anos. É filiada ao PSB, foi eleita em 2016 como vice-prefeita do município. Em 2018 se candidatou para Deputada Estadual, sendo a mais votada em Sant’Ana do Livramento, contudo não conseguiu o número de votos suficientes para se eleger. Em sua atuação fez vários projetos para a comunidade santanense, até mesmo no período em que atuava indiretamente na política como primeira dama. Na sua última gestão sua atuação foi impedida por problemas políticos.

A entrevistada (E5) foi secretária de educação e possui uma longa jornada na política local. Foi vereadora em 2 mandatos, foi a primeira vice-prefeita de Sant’Ana do Livramento, atuou fortemente na área de educação, inclusive no tempo em que era representante legislativa quando fez anteprojetos voltados à educação. Sua história de vida é muito interessante, pois quando jovem conseguiu uma bolsa de estudos para o exterior, onde viveu por anos até retornar ao país e participar ativamente na política. Ela considera-se feminista e afirma sentir orgulho do avanço da atuação da mulher na política.

E por último a entrevistada (E6), que possui 63 anos, trabalhou 20 anos na Prefeitura do Município como inspetora tributária na Secretaria da Fazenda e foi eleita vereadora na década de 1990. No próximo tópico será abordado o ingresso da mulher na política, contemplando principalmente as que exerceram o cargo de vereador em Sant’Ana do Livramento.

4.1 O ingresso na política

A luta das mulheres para adquirirem direito de voto e posteriormente espaço na política foi longa e demorada, mais de 80 anos de luta pela participação feminina na política brasileira



e ainda assim há muita desigualdade de gênero. Segundo as entrevistadas ao longo das suas jornadas na luta pela candidatura, elas passaram por períodos difíceis em que tiveram que lidar com o preconceito de gênero entre outros problemas. A seguir expõem-se o relato das entrevistadas a respeito de como foi o ingresso das mesmas na política. Conforme a Entrevistada 1 (2020):

Resistência eles não tem, porque eles não podem, não é que eles não queiram, por eles seriam eles, eles por eles né se tu vai deixar [...] agora a lei impede que eles por as cotas né 30%, um terço dos candidatos têm que ser mulher e como é muito difícil tu conseguir mulher que queira ser política. Então, as poucas que tem eles não tem nem coragem de enfrentar muito, enfrentam mas não tem muita coragem de enfrentar (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Para a Entrevistada 2 (2020):

Eu creio que não tem, eu no partido no qual estou no PSB não vi essa resistência em relação a mulher pelo contrário necessita-se muito de mulher. Não vi preconceito nenhum e também eu sou o tipo de pessoa que eu não me preocupo muito com o que acham então eu não sou de notar assim se há esse tipo de preconceito ou não né (Entrevistada 2, 2020, informação verbal concedida em 10/08/2020).

Segundo a Entrevistada 3 (2020):

Eu enfrentei muita dificuldade, muita por que eu me candidatei eu tinha 23 anos tinha uma família, filho como eu sempre coloca a frente de tudo mas e aí é as dificuldades, o preconceito que as pessoas muitas vezes acham que tu deve ficar em casa ou que tu não deve de trabalhar (Entrevistada 3, 2020, informação verbal concedida em 10/09/2020).


Para a Entrevistada 4 (2020):

Acho que de uma forma geral os partidos oferecem uma resistência, não é o caso do PSB acho que a nossa caminhada de organização interna no partido foi muito exitosa. Acho que hoje os homens também estão incorporando digamos assim né essa necessidade de ter política pública para mulheres, mas todas nós já enfrentamos algum tipo de prática machista (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Conforme a Entrevistada 6 (2020):

O que me motivou realmente entrar na política foi sentir que fora do Brasil principalmente em vários países o dia que o sindicato e eles eram muito muito fortes e eu já pertence a que aula você parece indicado como professora e se a mulher não participa Ela não acrescenta nada para que haja alguma modificação social que tem de tão acho que a todo ser humano queria ter um partido político deveria se manifestar (Entrevistada 6, 2020, entrevista concedida em 14/08/2020).

De acordo com o evidenciado sobre o ingresso das mulheres na política o estudo sugere que a candidatura relaciona-se com a personalidade e a individualidade da mulher. Nesse sentido, destaca-se a resistência dos partidos políticos e o preconceito do sexo masculino. Tais análises reiteram a recorrência das desigualdades de gênero em espaços de poder e decisão, identificando-as como fenômeno mundial e reflexo da histórica exclusão feminina da política.



Realidade evidenciada com o uso de dados estatísticos para demonstrar as distâncias de gênero em esferas de deliberação e poder, além das dificuldades para o ingresso das mulheres em grupos e espaços masculinos (DAHLERUP, 1999). A pesquisa aponta a hostilidade relacionada a cultura de que a mulher não deve exercer atividade laboral, mas sim cuidar dos filhos, da casa e da família.

Portanto, criar condições justas para competir com os homens na política é um desafio que consiste quase em mudar o conceito de política da população e tentar desconstruir gradativamente a denominação de papéis sociais, econômicos e políticos para homens e mulheres (PAXTON; HUGHES; BARNES, 2020). Dessa forma, “a competição partidária mais diversificada, combinada com o surgimento de novos partidos, tende a proporcionar mais oportunidades de ingresso para as mulheres na esfera política” (ARAÚJO, 2005, p. 5).

Em sentido complementar ao ingresso das mulheres na política, questionou-se sobre os incentivos recebidos ao longo das suas campanhas eleitorais, que consequentemente gerou um resultado positivo. Para a Entrevistada 1 (2020):

Trabalhei 7 anos como chefe de gabinete, aí fui trabalhar na Defensoria Pública do Município por que sou advogada e aí tive o incentivo das pessoas que estavam junto comigo para que eu concorresse e tive apoio porque as mulheres na política são raríssimas. Tu tem que ter apoio da família, isso é essencial eu tenho. (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Para a Entrevistada 2 (2020):

Meu início na política, por ser instrutora de um curso bíblico eu sempre fiz um trabalho social dentro da igreja e por eu fazer esse trabalho social nos bairros também me veio o convite e através desse convite da parte da igreja no qual eu me candidatei. Até no sentido do respaldo político, sim tive um respaldo político da deputada Liziane Bayer que é pastora da nossa igreja e hoje deputada federal. Eu tive um apoio, aliás, no início eu não tive não, depois eu tive, mas eu creio que a família é alguém muito importante na nossa vida e muitas vezes aquele esposo ou familiares talvez até por temer né para que a pessoa não se desestimele por algo não apoia, mas eu creio que a família é prioridade na vida pública, não só o apoio do partido mas principalmente o apoio da família (Entrevistada 2, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Para a Entrevistada 3 (2020):

O partido precisava do coeficiente de mulheres candidatas e aí nesse meio eu fui convidada pelo prefeito da época no caso o candidato que era o prefeito Ico, candidato pelo PTB que fez assim o convite vendo que eu já estava filiada no partido para que eu pudesse fazer parte do partido e me candidatar como mulher pela porcentagem das mulheres. Eu aceitei o convite, tive incentivo e apoio da minha família, além de tudo o meu filho também que na época tava bem pequeno e do meu esposo tive apoio também. A partir daí tive o apoio total da minha família, dos meus amigos e da comunidade também fui muito bem aceita no meu trabalho que eu estava proporcionando para as pessoas e a partir dali fiz um trabalho né com a comunidade para que viesse aí ser eleita no ano que fui (Entrevistada 3, 2020, entrevista concedida em 03/08/2020).

Para a Entrevistada 4 (2020):

A minha primeira filiação partidária foi no PT eu fui 12 anos filiada ao PT e em 97 nós nos filiamos ao PSB um grupo em Sant'Ana do Livramento e reorganizamos o partido aqui e quando eu vim pro PSB eu observei que não tinha organização de mulheres no partido, então em 98 quando eu fui convidada pelo então deputado estadual Beto Albuquerque para trabalhar com ele na Assembleia Legislativa eu pedi a ele que eu gostaria de fazer organização de mulheres no partido e assim fizemos, tanto que nesse mesmo ano eu me tornei secretária estadual de mulheres do PSB e parti para organização da secretaria nível nacional que também não tinha. Então eu fui em busca das mulheres em cada estado né, onde é que elas estavam enfim ligando para cá ligando para lá e nós organizamos um primeiro encontro no Rio de Janeiro com 13 estados. Em 2006 a deputada Federal que era o momento em que o partido precisava passar a cláusula de barreira, então havia um apoio para que as mulheres fossem candidatas, um estímulo enfim e aí eu fui candidata aqui por Santana do Livramento e depois em 2016 o partido me convidou pra que eu assumisse uma candidatura aqui em Santana do Livramento e eu vim para ser candidata a vice-prefeita (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Para a Entrevistada 5 (2020):

O que me motivou realmente entrar na política foi sentir que fora do Brasil principalmente em vários países o dia que o sindicato e eles eram muito muito fortes e eu já pertence a que aula você parece indicado como professora e se a mulher não participa Ela não acrescenta nada para que haja alguma modificação social que tem de tão acho que a todo ser humano queria ter um partido político deveria se manifestar (Entrevistada 5, 2020, entrevista concedida em 11/08/2020).


Para a Entrevistada 6 (2020):

Quando eu me candidatei entrei na realidade que a gente batalha muito que tão tentando incentivar muitas mulheres, mas que ainda é lento e há um mascaro em tudo. Incentivo acho que não e sim disposição de sentir a realidade porque meu marido tinha sido vereador só que quando eu fui procurar a base dele aí que eu vi a realidade que não querem mulher, eles falam, mas na prática não é (Entrevistada 6, 2020, entrevista concedida em 14/08/2020).

Conforme a explanação sobre os incentivos que as entrevistadas receberam ao se candidatar, destaca-se que algumas receberam apoio partidário, da comunidade pela prestação de serviços e também pelo desenvolvimento de ações sociais relacionadas às instituições cristãs. Evidencia-se o apoio familiar, que por unanimidade foi considerado o fundamental.

Vale ressaltar ainda que as cotas incentivam a participação, mesmo que ainda não seja um objetivo principal dos partidos políticos, visto que os mesmos estão pouco preocupados em acabar com a desigualdade e aumentar o número de mulheres na política pela importância que isso teria (SAMPAIO, 2016, p. 95). Ainda segundo o autor:

O Brasil ainda precisa melhorar na questão da desigualdade entre homens e mulheres na política. Uma ação para que a desigualdade comece a diminuir seria a permanência das cotas juntamente com a constante luta acerca da reserva de assentos no legislativo, além da adoção de medidas que busquem levar para diversas instituições o debate sobre a questão da construção social do gênero, de forma a tentar conscientizar toda a população sobre as desigualdades que ainda persistem (SAMPAIO, 2016, p. 95).



Ainda sobre o ingresso na política as entrevistadas foram indagadas sobre suas participações em movimentos ou manifestações políticas, antes do exercício de suas candidaturas. Para a Entrevistada 1 (2020, informação verbal concedida em 05/08/2020): “Não, antes de participar eu não tinha pretensão, eu nunca nem me imaginava política antes de vir trabalhar como chefe de gabinete”. Segundo a Entrevistada 2 (2020, informação verbal concedida em 10/08/2020): “Olha eu somente como militante para a deputada Liziane Bayer que foi a primeira eleição dela, eu fui militante foi somente nessa época, não era filiada ainda, mas participei somente nesse momento”. Para a Entrevistada 3 (2020, informação verbal concedida em 03/08/2020): “Manifestações não, nunca participei de manifestações públicas só exatamente assim em campanha pra algum outro vereador juntamente com a minha mãe, mas manifestação nunca participei”. Para a Entrevistada 4 (2020):


Sim, do movimento feminista. Comecei no movimento estudantil na adolescência, morava em Porto Alegre. Eu fui também no movimento sindical, fui professora durante muitos anos do Magistério Público Estadual concursada e participei ativamente de todos os movimentos de greve do magistério sendo inclusive comando de greve aqui no município. Participei de movimento em apoio à Reforma Agrária e também do de movimento de apoio à luta dos palestinos pela sua também independência (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Segundo a Entrevistada 5 (2020):

Eu participei de todos os movimentos, eu fui líder de greve do magistério, participei da comissão de greve que era um contingente feminino muito grande, mas que eram levados por reivindicações salariais. Eu acho que é muito importante pra uma pessoas que nasce como formadora de opinião ela tem que começar primeiro a participar, se você mora na vila tem que conseguir uma liderança, fazer reuniões e discutir os problemas comunitários para poder começar a reivindicar isso aí (Entrevistada 5, 2020, entrevista concedida em 11/08/2020).

Para a Entrevistada 6 (2020, informação verbal concedida em 14/11/2020): “Sempre eu estive em causas não em lutas, em frentes isso aí não sou simpática isso. Batalhei pelas mulheres rurais que hoje tá bem avançado né. Fui presidente da Associação dos Servidores Públicos”.

O estudo revela que as mulheres, que participavam de manifestações, defendiam temas estudantis, feministas, dentre outros. Apesar de as mulheres não poderem exercer plenamente seus direitos tanto na vida política, quanto na vida privada, as mesmas buscaram se articular criando movimentos de luta que buscavam não somente direitos políticos, como também direitos sociais (DIAS; SAMPAIO, 2011, p. 88). Vale salientar que algumas das candidatas não possuíam vínculos relacionados a esses movimentos por falta de interesse pelo meio político até então.



No tópico a seguir será explanado sobre as conquistas que as vereadoras obtiveram em seus mandatos, incluindo os projetos criados e aprovados, as adversidades que passaram e os desafios que enfrentaram ao longo de seus exercícios.

4.2 Conquistas, adversidades e os desafios na política

A criação de anteprojetos é uma das formas de sanar as necessidades mais relevantes de uma população. Para isso deve-se rever a realidade de cada município e a demanda de determinada comunidade. Porém questões culturais ainda exercem influência sobre a pouca inserção e representação da mulher na política, visto que, mesmo que conquistas sejam alcançadas, a baixa visibilidade da mulher em alguns momentos perante a sociedade ainda compromete a realização plena de direitos políticos e de cidadania (DIAS; SAMPAIO, 2011) que, por sua vez, só podem acontecer quando há um grau de autonomia e reconhecimento do indivíduo pela sociedade (ARAÚJO, 2011).

Portanto, as vereadoras entrevistadas foram questionadas sobre as conquistas obtidas em suas candidaturas. Conforme a Entrevistada 1 (2020):


Eu apresentei vários projetos durante esse tempo de vereadora. O projeto para o Pórtico da cidade que já faz nove anos e nenhum prefeito conseguiu implantar ainda até por falta de verba. Apresentei vários projetos, mas nenhum direcionado específico para mulher. Eu sempre apresentei projetos para a comunidade como um todo. O benefício que eu procuro trazer é atender as mulheres com um todo e como vereadora eu posso dizer que 90% do eleitorado senão mais são de mulheres, quase que 100% das pessoas que me procuram dentro do meu gabinete são mulheres até pela minha própria profissão de advogada e eu sempre trabalhei e sempre dediquei a minha profissão e a minha vida política em favor das mulheres (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Conforme a Entrevistada 2 (2020):

O projeto que eu creio que tem uma relevância foi o primeiro projeto que eu criei que foi em 2017, de combate à depressão e à violência, então vejam que é de grande relevância principalmente as mulheres que hoje na menopausa sofrem também de depressão sem conhecimento acham que aquela depressão que ou é a falta ou seja uma procura em tomar uma medicação que a parte hormonal é toda transformada e elas não têm esse conhecimento. Tenho um projeto previsto que ainda hoje nós temos numa base de 800 assinaturas que é sobre o transporte, sobre a importunação sexual no transporte coletivo, ou seja, o assédio (Entrevistada 2, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Conforme a Entrevistada 3 (2020):

Os projetos que eu apresentei eu acho que foi de alta relevância assim eu sempre trabalhei visando o melhor para a comunidade, mas em específico acho que por ter filhos, eu sempre tentei dar uma melhor atenção para as crianças. Também dos projetos que eu fiz na época de vereadora que eu apresentei foi um projeto que visa o desenvolvimento da criança na questão visual que foi o projeto “visão para sempre”, ele prevê a ambliopia, então é um tratamento barato feito nas escolas que foi implantado para as crianças de 5 até os 7 anos. Eles têm como fazer uma prevenção e tu pode reverter a situação do estrabismo ocular. Outro diretamente para as mulheres



sim, eu fiz um projeto que é uma prevenção de gravidez na adolescência, visa a prevenção nas escolas juntamente com o Poder Executivo e o público, o projeto realiza um longo trabalho com jovens de até 12 anos (Entrevistada 3, 2020, entrevista concedida em 03/08/2020).

Conforme a Entrevistada 4 (2020):

Eu coordenei a implantação do Centro de Referência da Mulher. O PAISM, Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, era um programa custeado totalmente com os recursos do município, formado por 30 jovens, homens e mulheres, que recebiam capacitação em 9 áreas da saúde da mulher e visitaram todas as casas de Sant'Ana do Livramento levando orientação para mulheres sobre climatério, menopausa, câncer de mama, câncer de útero, violência contra mulher, amamentação e gravidez na adolescência. Enfim nós tínhamos tema para todas as idades. Nós conseguimos juntamente com o PIM, Programa Primeira Infância Melhor, que durante um determinado tempo recebeu apoio do governo estadual depois deixou de ter o apoio e nós mantivemos assim mesmo programa nós conseguimos reduzir a mortalidade infantil que quando o PSB chegou ao governo era de 29 mortes a cada mil nascidos mil nascidos para 1 dígito 7 ou 8 não me lembro, reduzimos a mortalidade materna a 0. Incentivamos fortemente a realização da mamografia, eram feitas muitas mamografias nas mulheres e fizemos um trabalho de Constituição mesmo de uma rede de proteção às Mulheres, vítimas de violência (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Conforme a Entrevistada 5 (2020):


Eu fiz um voltado para a educação especial que eu acho importante, depois também como vice-prefeita eu transformei as creches em escolas infantis antes de da nova NDB da nova lei de diretrizes e bases então foi bastante significativo para livramento a época né e teve outros vários projetos que eu não lembro agora, mas para as mulheres especificamente não fiz (Entrevistada 5, 2020, entrevista concedida em 11/08/2020).

Conforme a Entrevistada 6 (2020):

A minha preocupação era de construção do dirigir para pegar habilidade porque já se fazia já acostumei fazer com a vizinhança arrumar ponte a gente pegar as mãos fazia lá eu estava só vão precisar da Itália já vai combustível ele fazia uma estrada e como eu transferência na pele então foi a minha preocupação de fazer andar nesse nesse sentido né bom que criasse na prática né a Constância da conservação (Entrevistada 6, 2020, entrevista concedida em 14/08/2020).

A partir dos relatos das entrevistadas depreende-se que durante suas candidaturas foram colocados em prática vários projetos com a finalidade de atender a população. Os projetos citados eram destinados principalmente a criação de uma delegacia especializada para atendimento às mulheres vítimas de violência, criação de projetos voltados a saúde das crianças e prevenção de gravidez na adolescência. Houve a implantação do Centro de Referência da Mulher, uma grande conquista para a população feminina.

Constatou-se, portanto, que a participação feminina na política contribui diretamente para a criação de projetos e políticas públicas direcionadas à assistência e à saúde da mulher. Antes de atingir as conquistas idealizadas pelas mulheres na política elas tiveram que lutar para conseguir espaço neste âmbito, o qual até hoje se sobressai a presença masculina. Por



consequente, as entrevistas relatam objetivamente de que forma ocorreu a conquista por esse espaço na política. Segundo a Entrevistada 1 (2020):

Essa igualdade buscada pelas mulheres não foi alcançada ainda, eu não digo nem que seja por culpa dos homens pois algumas mulheres também são culpadas disso, porque existe exagero das duas partes, tanto do homem quanto da mulher, e muita dificuldade também porque até dentro do partido a gente não consegue buscar mulher, trazer a mulher. O PDT tem ação da mulher trabalhista que é a MT e gente até agora não conseguiu formar dentro de Livramento. Ela quer ter um emprego, mas não se envolver na política, elas vêm como possibilidade de emprego, mas não de política, a gente tem essa dificuldade, então a mulher não conquistou todo espaço que têm haja vista que aqui na Câmara são 17 vereadores e apenas duas mulheres, então é para ver que o espaço não foi conquistado totalmente (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Segundo a Entrevistada 2 (2020):

Nós mulheres caminhamos a passos lentos. Não vejo tanto por uma discriminação em si, até mesmo pela mulher, hoje, não querer fazer parte desse âmbito ainda. Embora se fala em empoderamento, mas hoje dentro dos partidos as mulheres não querem nem que seja se eleger, não querem entrar nesse âmbito político e há uma necessidade (Entrevistada 2, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Segundo a Entrevistada 3 (2020):


Acredito que as mulheres têm um pequeno espaço na sociedade, por isso eu acho que há muito o que ser feito por que o que eu vejo que as mulheres não têm um bom espaço na sociedade. Hoje há uma grande rejeição da mulher na política, da mulher ser pintora de residência, da mulher ser engenheira, boa no âmbito que trabalha. Profissão de homens assim a sociedade não apoia. O que eu vejo na política hoje, no Brasil é que a mulher ela tenta trabalhar e ela tenta fazer o seu melhor na política, mas aí o que que ela tem? A rejeição por ser mulher na política e muitas vezes as mulheres não apoiam as próprias mulheres. O que hoje em grande parte assim as mulheres ainda têm aquela rivalidade de ser mulher. Hoje claro que os partidos não têm tanta força da mulher por que realmente falta mulher candidata falta mulher que apoie o cenário político e também fora os outros (Entrevistada 3, 2020, entrevista concedida em 03/08/2020).

Segundo a Entrevistada 4 (2020):

Eu acho que nós estamos muito aquém da nossa importância, lamentavelmente a gente vive numa sociedade machista eu mesmo estou vivendo essa situação aqui dentro executivo. Estou alijada da administração por decisão do prefeito, não participo de nada de nenhum tipo de debate, nenhuma decisão política, até acho que hoje em razão das iniciativas adotadas pelo Poder Executivo (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Segundo a Entrevistada 5 (2020):

A questão do espaço a pessoa conquista né, mas ainda tem mais a ser feito que você pode ver o quanto a influência da educação, uma influência digamos assim que por fatores externos, endógenos que fazem com que a mulher não tenha essa preocupação e essa vontade pela participação política, pode ver que é o mínimo de mulheres que se preocupam com essa questão porque senão nós teríamos uma representatividade maior no Congresso Nacional, no Senado, na Câmara Federal e mesmo aqui na Assembleia Legislativa em Porto Alegre nem a nível local se você for observar todos os municípios sempre vai ter uma ou duas no máximo (Entrevistada 5, 2020, entrevista concedida em 11/08/2020).



Segundo a Entrevistada 6 (2020, entrevista concedida em 14/08/2020): “Para onde há também a presença delas na política que as coisas cheguem a gente tem que arregaçar as mangas. Já conquistou muitas coisas agora nós precisamos tomar posse”.

A inserção das mulheres na política não garante, necessariamente, a igualdade de participação entre homens e mulheres na câmara de vereadores, como mostraram os relatos das vereadoras entrevistadas, indicando que a representação ainda é permeada pela construção social acerca do papel da mulher e sua estereotipação como um indivíduo menos racional (SAMPAIO, 2016).

Observa-se, desta maneira, que apesar de hoje a mulher ter conquistado um lugar na política há muito a melhorar. A igualdade de direitos que tantas almejam ainda não é uma realidade, pois, existem adversidades que impedem isso como: alta rejeição da mulher na política, falta de apoio das próprias mulheres muitas vezes causada pela rivalidade feminina, além do preconceito de gênero.

Para Scott (1990), o gênero pode ser entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, ou seja, é construção social do sujeito masculino ou feminino. Desta forma, as entrevistadas foram questionadas acerca das diferenças de gênero entre os representantes do povo. Para a Entrevistada 1 (2020):


A diferença que a mulher faz é querer participar, enquanto a mulher não quiser participar ou aceitar que não deixem ela participar. Ela nunca vai ter espaço porque vai ser minoria sempre. Então se tu é minoria já é difícil, ser mulher é difícil, ser minoria fica mais difícil e o problema é brigar por espaço. Tem que estudar, tem que ter conhecimento por que para ser mulher e crescer não só na política, em qualquer profissão que tu escolher. Se ela não for a melhor, ela não abre porta. Ela tem que ser a mais organizada, a mais competente, conhecimento ela tem que ter pra que ela possa discutir, como aqui: duas discutindo com 15, ter argumentos para quinze. Então tu tem que saber o que tu tá falando para que tu seja respeitada então a mulher pra chegar em qualquer profissão ela tem que ser a melhor (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Segundo a Entrevistada 2 (2020):

A mulher ela é mais emocional, mais criativa, ela é uma pessoa muito racional. A gente tá.. vamos supor se a gente quer fazer alguma coisa pra alguém a gente vai até o fim exemplo Marcia da Rosa, as outras eu não sei, mas eu acho que a gente faz uma diferença muito grande. Há essa necessidade de [...] o homem partilhar, compartilhar com a mulher a vida pública é o que falta né, é que falta né. Por isso o homem e a mulher, o que vai faltar no homem a mulher preenche né então há essa necessidade da mulher no âmbito público, eu creio que sim (Entrevistada 2, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Segundo a Entrevistada 3 (2020):

Com certeza, eu como mulher eu acho que a mulher pode trazer sim muita diferença, mas ela tem que ter um apoio também das mulheres e um apoio do trabalho que ela faz. Muitas vezes a mulher limpa uma casa mas o homem também tem que limpar por



que ele também tem que saber. E hoje a gente tá igualando muito as questões do trabalho de homem e mulher que tem que ser os mesmos, então nessa forma eu acho que a mulher pode fazer diferença sim por que a mulher ela consegue (Entrevistada 3, 2020, entrevista concedida em 03/08/2020).

Conforme a Entrevistada 4 (2020):

Tudo, total. Eu acho que a política precisa do olhar feminino, não tenho dúvida com relação a isso. Tem um pensamento que diz que quando uma mulher entra na política não é mulher que muda é a política. Porque nós temos um olhar diferente, temos um olhar mais voltado para a questão social. Quando um homem tá na política a preocupação dele é o asfalto, tem que asfaltar a cidade já a mulher ela tem essa preocupação também, mas ela também tem a preocupação com as crianças, com os idosos, preocupação com as mulheres, então nós nos preocupamos em políticas públicas de áreas social e nós trazemos esse olhar para dentro da política (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Para a Entrevistada 5 (2020, entrevista concedida em 11/08/2020): “Eu acho que qualquer um pode fazer, independentemente de ser homem ou mulher, eu acho que tanto faz, depende das propostas, dos ideais de cada um e o que a pessoa se propõe”.

Nesse sentido, no entendimento de Rangel (2010, p. 89) “a baixa porcentagem de mulheres presentes nas instituições políticas ainda não é tida como um problema para muitas pessoas, dificultando, assim, a valorização de medidas que buscam a igualdade de gênero”.

No entanto as vereadoras salientam a capacidade das mulheres de equilibrar tanto a vida privada quanto a pública, como uma característica intrínseca à mulher, destacam ainda que possuem um senso organizacional e uma capacidade de operacionalizar várias situações diferentes devido ao fato de assumirem na vida privada vários papéis.

Destaca-se também a sensibilidade da mulher ao fazer política, que segundo as entrevistadas é uma singularidade. Conforme o relato das mesmas observa-se que é visível a diferença na participação feminina no meio político, mesmo sendo minoria a mulher transforma a política num ambiente mais igualitário, justo, racional e preocupado com políticas públicas de cunho social.

Desta forma, a pesquisa relata que no período dos seus mandatos as entrevistadas enfrentaram vários obstáculos no meio político pertinente a questões de gênero e também por serem minorias. Segundo a Entrevistada 1 (2020):

A adversidade surge sempre, todo dia na vida, na profissão e na política. Todo dia tem alguma coisa para resolver, mas eu sempre encarei isso de frente e nunca deixei ninguém me pisar. Independente de ser mulher ou de ser homem eu sou um ser humano, que tem uma profissão, que tem um caminho honesto a seguir e tem que ser respeitado. Eu tenho família, não aceito que as pessoas menosprezam a Maria Helena porque a Maria é sozinha. A Maria Helena tem uma família atrás e no momento que de alguma maneira me atacarem isso vai refletir na minha família também então eu não aceito isso (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Para a Entrevistada 2 (2020):

Eu queria que nós tivéssemos condições de executar muita coisa como vereadora e nós não temos. Isso foi uma das coisas que me chateou, pois nós somos somente mediadores da comunidade. Muita coisa a gente pode fazer até pela falta de conhecimento das pessoas, a gente pode ajudar mas muita coisa a gente fica impedida também. A máquina pública que sabemos que hoje nós temos um sistema praticamente falido, o orçamento quase zero então traz grande dificuldade pra gente que é vereador por que somos pessoas acusadas hoje pela sociedade, acusadas até mesmo por uma má imagem de políticos que não tem respeito pela vida pública e nós ficamos manchados (Entrevistada 2, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).


Segundo a Entrevistada 4 (2020):

As maiores adversidades que eu tive foi exatamente quando eu fui presidente da Câmara. Adversidade que foi o que eu mais enfrentei, foi a questão por ser mulher, por ser jovem, foi a maior dificuldade que eu tive por que foi comandar o Poder Legislativo. Ele já é difícil, é difícil por que tu está representando os 17 vereadores não só na Câmara, mas também em diversos lugares, tu tem que tratar a questão administrativa da casa que tu nem conhece. Tu tem um ano ali pra ti organizar, pra ti economizar nas despesas, pra ti fazer os investimentos necessários. Quando eu saí eu vou responder também pelas contas financeiras da casa, o almoxarifado não desconhece tem pessoas profissionais na casa. Quando eu fui prefeita foi uma dificuldade muito grande por que eu peguei ali 20 dias assumindo uma prefeitura que não é fácil por mais que tu esteja interina tu quer fazer o teu trabalho, tu quer mostrar sim pra comunidade o que tu veio, o que tu quer de bom e ali eu tive todos os funcionários na minha frente, todos os secretários da gestão me apontando o dedo que eu estava errada por ter denunciado, que estava errada e aí depois veio uma bomba atômica né dessas pessoa ali me julgando me apontando, então foi bem difícil assim, eu enfrentei uma barra gigante. Acho que quando eu saí da presidência ali eu me aquietei assim por que de tudo tive ameaças na época. Também por que era só eu e o meu filho morando sozinhos, pessoas fortes ali que queriam que eu me calasse, mas eu não me calei. Eu tinha provas reais de que eu estava certa e talvez também aquilo dali era a questão de família e eu tinha que mostrar pra minha família e pro meu filho, que é a minha referência, que hoje são dois mas na época era um, que eu tinha que fazer o correto então eu sempre agi de uma forma correta mas com a questão de tu ser correta vem a questão de todo aquele grupo de pessoas que vieram, adversários políticos que vieram tentar me boicotar ou até mesmo me fazer outras coisas digamos assim né de não poder ajudar (Entrevistada 4, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Segundo Sampaio (2016), é preciso destacar que os papéis sociais construídos para homens e mulheres vêm se modificando, ao longo dos anos, por isso, as mulheres estão se inserindo mais na política, mesmo que ainda enfrentando desigualdades e dificuldades.

Portanto, constata-se que as adversidades enfrentadas ocorreram por diversos motivos como: agir de maneira correta mostrando para a comunidade o trabalho a ser desempenhado e ter que enfrentar pessoas por causa disso, outro motivo aliado a isso é a questão da idade, às vezes por ser jovem são julgadas como inexperientes, além do estado civil das vereadoras que é usado de pretexto para desrespeito em algumas situações.

Não obstante, há a questão da falta de verba, por parte do governo, que causa o impedimento na realização de projetos que consequentemente atrapalha a melhoria de vida da



comunidade, aliado a isso há a desvalorização da imagem do político ocasionado por atos de corrupção presentes em todo o país. Por fim, questionou-se quanto aos efeitos da presença feminina na política local. Conforme a Entrevistada 1 (2020):

O efeito é que tem que ser a melhor, fazer o melhor e dar o melhor para política, sempre pensando na mulher, na família e no idoso. Lá pela Europa tu vê que na Inglaterra mesmo a quanto tempo uma mulher comanda, nós temos duas mulheres comandando, que foram nomeadas. Duas mulheres estão no topo, mas eu vejo que a Europa ela respeita mais a mulher e dá mais espaço para mulher, agora no Brasil não, no Brasil tu vai ver os ministérios que agora no governo Bolsonaro são duas mulheres ridicularizadas todo dia. Nós temos a Damaris que é ridicularizada diariamente nas suas manifestações, nas suas atitudes e muitas com razão (Entrevistada 1, 2020, entrevista concedida em 05/08/2020).

Segundo a Entrevistada 2 (2020):


Hoje nós somos poucas. Eu creio que somos muito pouco ainda, mas eu creio que essas três poucas são fortes entendeu. A vice-prefeita com o perfil dela, eu com o meu perfil e a vereadora com o perfil dela. E o que eu mais espero é que nesse próximo ano possamos ter mais mulheres para gente unir forças porque eu nunca tive, nunca vou ter esse preconceito de querer ser igual ao homem. Eu nasci mulher, o modo de eu trabalhar vai ser o meu modo como Deus me fez, sendo mulher não vai ter outra maneira né e para mim não importa se há um homem, eu como mulher, eu quero vencer como mulher, não quero ser melhor que ele, nem melhor nem inferior, mas vou ser diferente, somos diferentes (Entrevistada 2, 2020, entrevista concedida em 10/08/2020).

Para a Entrevistada 3 (2020):

Faz grande diferença, na política tem que existir mais mulheres. Eu acho que deveria de ter uma prefeita mulher e até digo assim o meu trabalho vai ser para um dia chegar até a prefeitura. Chegar como prefeita, mas não é o êxito de tu chegar e sim de tu fazer. De tu fazer o correto, de tu poder trabalhar em conjunto com as pessoas que isso é muito relevante. Eu sempre digo, a mulher ela tem um carinho, um sentimento a mais de tu poder trabalhar em conjunto, a valorizar quem tá no teu lado e a trabalhar em grupo. A mulher ela trabalha em grupo por quê? Por que às vezes ela tem três, quatro, cinco filhos dentro de casa e ela não tem como ficar sozinha nunca, ela tem que trabalhar com aquela equipe que ela tem, daí todo mundo faz um pouco. Então a mulher tem a visão da equipe e o homem não por que o homem ele é mais sozinho (Entrevistada 3, 2020, entrevista concedida em 03/08/2020).

Bourdieu (1999) afirma que há necessidade da presença feminina no parlamento para defender a causa das mulheres, visto que estas ainda não alcançaram seu espaço como iguais na política. Neste sentido, a pesquisa demonstra que os efeitos da atuação feminina na política do município têm por consequência maior representatividade voltada a assuntos que abordam o público feminino. Além de mudar questões, principalmente culturais; mesmo sendo minoria, as que atuam na gestão se consideram fortes, cada uma com suas individualidades.

Contudo, a presença de mulheres na política é precedida por um caminho de estereótipos, desproporcional carga de trabalho doméstico dificultando a existência de tempo para participar de atividades políticas, construção social da competência do espaço doméstico às mulheres, entre outros (MIGUEL; BIROLI, 2010).



As entrevistadas declaram ainda que o principal efeito dessa atuação é o querer fazer e dar o seu melhor sempre. Além da facilidade de trabalhar em grupo que é uma vantagem significativa para uma atuação mais presente. Segundo as respondentes, as mudanças são visíveis na comunidade, porém ainda há a necessidade de um aumento quantitativo nessa atuação.

Em tempo, sugere-se algumas características marcantes do sexo feminino como a habilidade de trabalhar em grupo, de tentar fazer o melhor possível em tudo, além da preocupação com o ambiente familiar. Portanto, características pessoais referentes a personalidade singular de cada uma agregadas a essas características resultam nos efeitos dessa atuação. Por fim, segue abaixo as considerações finais desta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a atuação feminina enquanto agente político no município de Sant'Ana do Livramento a partir da descrição do ingresso das mulheres na política e constatações das adversidades, conquistas e desafios das respondentes na ocupação de cargos e apontamentos sobre os efeitos da presença feminina na política local.

Atendendo os objetivos deste estudo, identifica-se que a atuação das mulheres acontece de forma participativa no meio político, porém em termos quantitativos ela não é muito expressiva. Conclui-se que as conquistas obtidas pelas mulheres em prol da comunidade santanense foram importantes, baseadas na criação e desenvolvimento de projetos como por exemplo com a implantação do Centro de Referência da Mulher.

Todavia, houve muitas adversidades a serem enfrentadas pelas representantes do povo, por não conseguirem desempenhar o que planejavam, pelo fato de serem minoria, agregado ao preconceito de gênero que é muito comum no meio político. Além dos desafios que as entrevistadas passaram ao longo da caminhada política, a falta de verba foi ressaltada, pois, ocasionou o impedimento na realização de projetos voltados à comunidade. Finalmente, convém observar que a pesquisa ressalta que as mulheres por vezes não pertencem ao mundo político, mas que devem se enquadrar a padrões ou do que é esperado delas, como a maternidade e a beleza.

A contribuição teórica desta pesquisa relaciona-se a agregar os achados deste estudo à literatura existente sobre o tema, isto é, trata-se da ampliação do aporte teórico referente a abordagem investigada. Já quanto a contribuição gerencial, destaca-se que o mesmo se refere a

um diagnóstico para os gestores atuais e futuros, de modo que permita a eles refletirem sobre a presença feminina e os seus efeitos na política municipal.

Por fim, esta pesquisa limitou-se as percepções das entrevistadas, portanto, não se deve generalizar os dados coletados. Sugere-se para futuros estudos sobre este tema ampliar a amostra, investigar outros municípios para analisar se é uma característica comum ou não do estado além de aprofundar questões referentes aos elementos comportamentais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, C. As mulheres e o poder político. Desafios para a democracia nas próximas décadas”. **O progresso das mulheres no Brasil**, v. 2010, p. 90-136, 2003.

AVELAR, L. **O segundo eleitorado**: tendências do voto feminino no Brasil. Unicamp, 1989.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**: canais de acesso ao poder. Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, 1996.

BAREIRO, L. **El Estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana**. In: MEMORIA DEL II SEMINARIO REGIONAL. De poderes y saberes. Debates sobre reestructura política y transformación social. Montevideo: Doble clic ed./DAWN/REPEM, p. 11-32, 2000.

BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/mulher-e-politica-genero-e-feminismo-no-partido-dos-trabalhadores/>>. Acessado em: Mai, 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro**, 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>>. Acessado em: Jun, 2020.

CARROLL, S. J. *et al.* **Women as candidates in American politics**. Indiana University Press, 1994.

COBO, R. Democracia paritaria y sujeto político feminista. In: **Anales de la cátedra Francisco Suárez**. 2002. p. 29-44.

COUTO, P. A. J. Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes. **Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Centro de Ciências do Homem**, 2012.

DAHLEUP, D. De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. **Debate feminista: cidadania e feminismo**. São Paulo, p. 142-183, 1999.

DIAS, J.; SAMPAIO, V. G. A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. **Estudos Eleitorais, Brasília**, v. 6, n. 3, p. 55-92, 2011.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

JAQUETTE, J. Female participation in Latin América: raising feminist issues. In: **Annual Meeting of the American Political Science Association**. 1984.

LIMA, G. S.; LIMA, M. S.; TANURE, B. Os desafios da carreira da mulher executiva no Brasil. **II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, p. 1-15, 2009.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 653-679, 2010.

NOLASCO, L. G. Mulheres na política: Entraves e conquistas. **Revista Jurídica UNIGRAN**, v.12, n.23, p. 2-9, 2010.

NOREMBERG, A.; ANTONELLO, I. P. A trajetória feminina na política brasileira. **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016.

ONU MULHERES. **Nota sobre democracia paritária**, 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota_Democracia-Paritaria_FINAL.pdf>. Acessado em: Mai, 2020.

PACHECO, M. G. C. O feminismo “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934). **Revista Eletrônica História, imagens e narrativas**, n. 5, 2007.

PAXTON, P. M.; HUGHES, M. M.; BARNES, T. **Women, politics, and power: A global perspective**. Rowman e Littlefield Publishers, 2020.

PINTO, C. R. **Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. EDIPUCRS, 2004.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. **Gênero na Amazônia**, v. 4, p. 15-35, 2013.

PRA, J. R.; KINZO, M. **Representação política da mulher no Brasil, 1982-1990: a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional**. 1992.

RANDALL, V. Women and politics. **Macmillan International Higher Education**, 1987.

RODRIGUES, S. C.; SILVA, G. R. A liderança feminina no mercado de trabalho. **Revista digital de Administração**, v.1, n.4, p. 1-12, 2015.

SAGOT, M. É importante a participação política das mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica. In: **Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

SAMPAIO, J; DE PAULA, M. F. P.; MIRANDA, A. A. Mulheres na Política: um estudo na câmara municipal de uma cidade do sul de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

SILVA, F. B. *et al.* (Org.). **Os desafios das mulheres em cargos de confiança**. Lajeado, 2017.

SOUSA, R. M. **Paridade de Gênero no Poder Legislativo brasileiro e comparado**. 2016.

TABAK, F. **Mulheres Públicas**: Participação, política e poder. Letra Capital, 2002.

TABAK, F.; TOSCANO, M. **Mulher e política**. Paz e Terra, 1982.

ENTREVISTA CONCEDIDA

ENTREVISTADA 1. Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'ana do Livramento/RS. Entrevista concedida a Samarha Lemos. Sant'ana do Livramento/RS, 05/08/2020.

ENTREVISTADA 2. Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'ana do Livramento/RS. Entrevista concedida a Samarha Lemos. Sant'ana do Livramento/RS, 10/08/2020.

ENTREVISTADA 3. Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'ana do Livramento/RS. Entrevista concedida a Samarha Lemos. Sant'ana do Livramento/RS, 03/08/2020.

ENTREVISTADA 4. Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'ana do Livramento/RS. Entrevista concedida a Samarha Lemos. Sant'ana do Livramento/RS, 10/08/2020.

ENTREVISTADA 5. Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'ana do Livramento/RS. Entrevista concedida a Samarha Lemos. Sant'ana do Livramento/RS, 11/08/2020.

ENTREVISTADA 6. Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant'ana do Livramento/RS. Entrevista concedida a Samarha Lemos. Sant'ana do Livramento/RS, 14/08/2020.